Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do ano subsequente à edição da primeira lei ordinária mencionada no inciso III do *caput* do artigo anterior.

JUSTIFICAÇÃO

A população de alguns municípios brasileiros sofre enormes variações durante períodos determinados do ano, em função de suas características, atraindo contingentes consideráveis de turistas provenientes de vários locais do País e do exterior.

Nesses períodos, os encargos e as responsabilidades das administrações municipais aumenta desproporcionalmente aos fluxos regulares de recursos públicos, particularmente na área de segurança.

Não há mecanismos compensatórios para essas movimentações, que provocam imensos transtornos a frações da população residente e trazem riscos significativos para a própria população flutuante.

Nesses casos, não há como manter uma estrutura permanente de serviços ao longo do ano, que possa atender minimamente a essas necessidades, sob pena de causar ociosidade e ineficiência no uso dos recursos próprios e transferidos regularmente.

Essas são as razões da iniciativa. Dada a dinâmica dos fluxos turísticos, previmos que a lei ordinária que selecionar os municípios a serem beneficiados e os critérios a serem adotados para a repartição dos recursos transferidos seja revista a cada quatro anos, para contemplar oportunamente as mudanças observadas durante o período transcorrido.

Espero o apoio dos ilustres Pares e as sugestões para o aperfeiçoamento da Proposição.

Sala das Sessões, em de maio de 2016 .

Deputado **FERNANDO JORDÃO**